

Tradução automática e competência tradutória: repensando interseções

Sheila de Souza Corrêa de Melo*

RESUMO: Desde seu surgimento no início na década de 1940, a Tradução Automática tem sido vista sob duas formas: se não uma ameaça próxima e presente, como uma ferramenta infrutífera e obsoleta. Contrapondo estas imagens à noção de competência tradutória proposta pelo grupo PACTE, empreendemos neste artigo uma abordagem reticular entre a emergência da TA, a formação e qualificação de tradutores e as demandas e necessidades da sociedade global e do mercado de tradução, buscando assim resgatar algumas das potencialidades e contribuições que a TA pode fornecer à profissão.

Palavras-chave: Tradução Automática; Competência Tradutória; Programas de Apoio à Tradução.

Introdução

Amável amiga, terrível ameaça. Esse tem sido o paradoxo no qual vem se revestindo a tradução automática para os tradutores. Desde seu surgimento nos anos 1940, até os avanços mais recentes com o Google Tradutor e outras plataformas disponíveis para tradução, a tradução automática (TA) tem sido em certa medida um divisor de águas no exercício da profissão. Condutora e facilitadora, ferramenta que agiliza o desenvolvimento da tarefa, também tem alimentado mitos e crenças, especialmente aqueles que anunciam o fim do tradutor humano.

Contraditoriamente, na contemporaneidade, a tradução cresce cada vez mais, não apenas como prática profissional – isso tendo em vista uma imensa variedade de textos circulando pelo mundo em línguas estrangeiras, um processo típico da globalização e mundialização das relações humanas e que diariamente expande o mercado de trabalho para tradutores– mas também como campo acadêmico, com pesquisas e cursos de qualificação profissional. Em uma visita a qualquer site ou redes sociais atualmente é possível interagir com pessoas de outras nacionalidades e falantes de outros idiomas, bem como ter acesso a conteúdos variados que são traduzidos no momento em que o leitor opta pela língua em que deseja ler. É o caso dos grandes

* Pós-graduação em Tradutor Intérprete pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia.

portais de notícias, páginas virtuais de embaixadas ou versões internacionais de grandes periódicos, manuais de instruções de equipamentos ou veículos que já apresentam versões multilíngues, entre outros. Em boa parte desses casos invariavelmente a tradução automática aparece como uma alternativa para os leitores que não falam uma língua estrangeira – mesmo sem que estes saibam.

A corrida desenfreada pela disponibilização de conteúdo para cada vez mais gente mundo afora tem, ao longo das últimas décadas, fomentado a criação e desenvolvimento de estratégias diversas para solução da barreira que as línguas impõem. Por bilíngue que sejamos, como circular num mundo que cada vez mais se comunica em várias línguas segundo interesses diversos? O que dizer do “boom” oriental, da busca pelo charme francês, ou pelo bom gosto italiano, do mercado alemão, ou dos novos destinos turísticos no leste europeu ou na África? O surgimento desses novos espaços sugere também o surgimento de novas demandas para a tradução, demandas nem sempre possíveis de atender. Se por um lado em termos de mercado, reconhece-se a necessidade de tradutores, por outro os prazos, e eventualmente os preços, estabelecem barreiras com as quais é preciso lidar. Uma das formas mais reivindicadas para lidar com o problema tem sido a tradução automática, uma alternativa (supostamente) barata e rápida para desvencilhar-se das barreiras da língua.

Com a promessa de um processamento rápido e eficiente, desde os anos 1930 projetos vêm sendo desenvolvidos com o objetivo de baratear e tornar mais rápido o processo de tradução. Em termos ideais, se acreditava que essa tecnologia tornaria obsoleto o trabalho do tradutor humano, razão pela qual tradutores resistiram por muito tempo à utilização se não de programas de apoio à tradução, ao menos da tradução automática (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 1998).

Todavia, a precocidade do alarme anunciou a sua impossibilidade. Manifestou-se então uma mudança na relação estabelecida entre tradutor e TA: o que antes era uma ameaça forte converteu-se em uma espécie de robô obsoleto, infrutífero e defeituoso, um banco de dados que nada pode sem a intervenção humana.

Apartando de um lado a ameaça e do outro, o monstro fracassado, buscamos nesse artigo recuperar algumas questões que a tradução automática impõe aos Estudos de Tradução, especialmente no que se refere ao uso de tecnologias e programas de apoio para o exercício da profissão. Por meio de uma leitura crítica empreendemos uma abordagem reticular entre a emergência da tradução automática, a formação e qualificação de tradutores e as demandas e necessidades da sociedade global e do mercado de tradução. Nosso objetivo é situar contribuições e perspectivas que uma

ferramenta tão presente no mundo globalizado como a TA pode oferecer ao profissional de tradução, esquivando-nos assim das abordagens mais recorrentes sobre a questão, que tendem a desconsiderar as potencialidades que a ferramenta tem devido ao seu grau de automatismo ou estigma de baixa qualidade dos textos traduzidos mecanicamente.

A Emergência da Tradução Automática

Mais do que uma historiografia da técnica ou dos recursos tecnológicos, uma leitura da história da tradução automática no mundo ocidental representa um inventário das próprias ideias e concepções sobre a linguagem e, especificamente no que cabe à tradução, sobre as relações do profissional de tradução com seu objeto de trabalho.

Antes mesmo das primeiras máquinas e computadores dedicados a traduzir mecanicamente, já circulavam pelo mundo ocidental reflexões sobre a possibilidade de tal empreendimento. No século XVII os filósofos René Descartes e Leibniz pensaram a possibilidade de dicionários que tivessem como base códigos numéricos. Porém, é com o alemão Francis Ludwick, autor, entre outras obras, de “*A Common Writing*”, de 1647, que a ideia começa a tomar corpo. Na obra o filósofo e matemático propõe uma escrita universal que possibilitasse o registro e o controle matemático da tradução (ECO, 1994, *apud* MARTINS, 2008). Todavia, os desenvolvimentos mais promissores estão temporalmente localizados nos períodos do pós-Primeira Guerra Mundial e Guerra Fria, vinculando-se a uma estratégia militar de obtenção de informações das tropas alheias (ALFARO; DIAS, 1998, p.370).

Em 1933, o russo Petr Smirnov-Trojanskij, especialista em sistemas de comunicação de sua época, apresenta uma máquina que seria capaz de decodificar radicais sequenciados e convertê-los para seus equivalentes em outras línguas. Todavia, o equipamento não é bem recebido pela comunidade científica soviética, especialmente a comunidade linguística, que o considerou “não-científico”. Progressos favoráveis ao desenvolvimento da tecnologia para processamento computadorizado de informações linguísticas só viriam aparecer na década seguinte.

Mesmo com os avanços tecnológicos da década de 1940, as máquinas de tradução dos governos russo e americano ainda eram pouco eficientes. As primeiras máquinas produzidas pela empresa americana IBM com vistas a traduzir podiam ler cerca de 250 palavras e 50 frases no par linguístico russo-inglês - e mesmo nesse contexto, a função da máquina era produzir textos mais ou menos inteligíveis, a partir

de palavras-chaves, decidir-se pela intervenção de um tradutor humano ou não (WEININGER, 2004, p.244).

O contexto da Guerra Fria foi bastante favorável ao desenvolvimento da TA. Durante esse período muitas das tecnologias desenvolvidas durante a Primeira e Segunda guerras mundiais foram aperfeiçoadas e melhoradas. O clima de disputa, corrida espacial e guerras ideológicas permeiam todo o desenvolvimento da tecnologia de tradução automática no período 1940-1965. Os primeiros anos da década de 1950 são especialmente produtivos e trazem avanços promissores. Em 1952 é realizado o primeiro congresso com o objetivo de debater a tradução automática. Um dos marcos do evento é a apresentação do relatório do linguista americano Bar-Hillel.

No relatório, Bar-Hillel reconhecia que os sistemas de TA poderiam ser desenhados para cumprir diferentes expectativas: tradução de alta qualidade nos domínios da ciência, das finanças e da diplomacia, por exemplo; e a tradução rápida, talvez de baixa exatidão, para a varredura de textos em jornais, revistas e panfletos. Bar-Hillel discutia o precário equilíbrio entre exatidão e velocidade e a pertinência da relação homem-máquina nos sistemas de automação. (MARTINS, 2008, p.151)

Além disso, o linguista propunha um modelo híbrido de tradução, considerando a relação do trabalho humano com as possibilidades técnicas da máquina. Assinalava a necessidade de uma edição prévia e uma revisão posterior ao processamento mecânico, sugestões que se aproximam das discussões mais contemporâneas sobre linguagem controlada (WEININGER, 2004). Aquém dos ânimos e empolgação com os experimentos da década, os resultados são poucos e improdutivos. Outros países aliam-se aos projetos e surgem novas iniciativas em pesquisas, bem como o leque de pares linguísticos envolvidos é ampliado, mas o clima geral a partir da década seguinte é de desânimo e descrença.

Em 1966 o governo estadunidense publica o relatório ALPAC (Automatic Language Processing Advisory Committee), um documento que questiona a real necessidade dos programas de TA e denuncia a falta de conhecimento teórico e de tecnologia necessárias para que os projetos fossem executáveis. A base argumentativa era uma análise de inúmeros projetos executados ou em execução naquele país. O documento questionava os poucos sucessos obtidos, já que, segundo o texto, eles ainda careciam da intervenção humana, fosse numa edição prévia, fossem reparos posteriores. Analisando o ALPAC como um posicionamento estatal, podemos perceber quais eram as reais expectativas dos governos em relação à tecnologia em desenvolvimento:

baratear os custos e aumentar a velocidade do processo, ou seja, um ganho por meio da redução de gastos em ambos os aspectos. Os interesses do Estado para com a tradução automática estavam profundamente relacionadas com a competitividade bipolarizada do mundo pós-Segunda Guerra. Por fim, o relatório ALPAC não apenas cortou os recursos de quase todos os programas de pesquisa ligados à TA, como também gerou um efeito dominó em outros países. Em 1973 nos Estados Unidos, apenas três projetos estavam sendo financiados pelo governo e, em 1975, nenhum.

Apenas o Japão continuou com o desenvolvimento da tecnologia. Na Europa os gastos foram reduzidos, mas alguns projetos ainda continuaram. A década de 1980 traz novas promessas, especialmente motivadas por uma perspectiva diferente. Conforme Alfaro (1998), a aceitação da utilidade da tradução automática, apesar de suas imperfeições, gerou novas possibilidades de pesquisa e a melhoria naquilo que até então existia, já que os mecanismos de desenvolvimento dos programas passaram por mudanças significativas. Além disso, a necessidade motivada pela criação da Comunidade Europeia possibilitou o desenvolvimento da ferramenta para outros fins que não o militar ou bélico da Guerra Fria. Surgia, enfim, um mercado mais ou menos estabelecido. A grande circulação de documentos e informações em diversas línguas que precisavam comunicar-se por meio da tradução fez com que muitos governos voltassem seus olhos para a tradução automática na tentativa de criar programas que possibilitassem a conversão de documentos entre línguas.

De alguma forma, esse mesmo ânimo que a Comunidade Europeia trouxe à tradução automática assemelha-se ao que presenciamos hoje com a popularização da internet e das redes sociais. Atualmente quase todos os portais internacionais se não têm versões em outros idiomas têm plataformas de tradução automática integradas, a exemplo do Facebook e do tradutor da empresa Bing. Essas ferramentas possibilitam o acesso, ou a possibilidade de decodificação de informações diversas publicadas constantemente pelos usuários das redes no mesmo instante, necessitando apenas do interesse do leitor.

Em termos gerais o que vem se observando é que a popularização dessas ferramentas, tendo em vista a necessidade comunicativa dos usuários da internet, ou, indistintamente, do leitor ao tradutor, vem se refletindo por meio da atualização das duas reações anteriormente manifestadas frente à tradução automática: o vislumbre de uma ameaça, ou a subestimação da ferramenta. Buscamos neste artigo um caminho intermediário e que se coloca por diferentes lugares para constituir-se. As imagens e narrativas disponíveis sobre a TA – as narrativas da ameaça e o do obsolescimento – têm

limitado o entendimento das possibilidades da tradução automática. Na contramão dessa pedagogia, sugerimos novas abordagens e espaços de inserção da ferramenta nos termos de uma aplicabilidade concreta na profissão e formação de tradutores.

Tecnologias para traduzir

Ainda no espectro de tantas outras ferramentas de apoio utilizadas ou utilizáveis para o desenvolvimento da atividade de tradução, faz-se necessário uma prévia distinção conceitual entre dois pontos que eventualmente convergem e se confundem, seja entre leigos, seja entre iniciantes: a tradução automática e os programas de memória de tradução.

Os programas de memória de tradução (MT) diferenciam-se da tradução automática tanto nos seus princípios quanto no seu modo de funcionamento. Consoante a definição proposta por Danilo Nogueira e Vera Nogueira (2004), os sistemas de memória de tradução são bancos de dados lexicais e fraseológicos construídos pelo tradutor em seu trabalho e que podem ser acessados na medida em que trabalhos anteriores podem fomentar o andamento de novos trabalhos. É o caso, por exemplo, do SDL Trados e do Wordfast, dois dos sistemas de memória de tradução mais usados no mundo.

Por sua vez, tradução automática remete a um amplo conjunto de projetos e iniciativas com vistas ao processamento de textos naturais para sua tradução via máquina e sem a intervenção humana. Como já apontado, o árduo processo que condicionou a TA a esse tipo de imagem já foi (estrategicamente) abandonado e os projetos mais recentes buscam realizar-se em fronteiras bem mais restritas, próximas ao que os recursos tecnológicos podem oferecer (MARTINS, 2008).

Sistematicamente podemos situar a tradução dentro de um amplo conjunto de ferramentas disponíveis aos quais vem se nomeando PAT (Programas de Apoio à Tradução). Os PATs referem-se a um conjunto diversificado de ferramentas onde se sobressaem os corretores ortográficos, glossários, dicionários virtuais, sistemas de memória de tradução, programas de alinhamento e emparelhamento de textos, além da tradução automática e de determinadas ferramentas da linguística de corpus que se aplicam aos Estudos de Tradução (ferramentas entre outras coisas utilizadas para compilação de corpora eletrônicos multilíngues ou paralelos).

Como observam Carolina Alfaro e Maria Dias (1998, p.372), estas ferramentas não operam isoladamente. Além da possibilidade de aparecerem juntas num mesmo

aplicativo - como um sistema de TA que utilize-se também de memórias de tradução - estas ferramentas encontram-se inserida num amplo conjunto de possibilidades que estão disponíveis ao tradutor. Estabelecendo-se um contínuo das ferramentas mais básicas, até a tradução automática as autoras sugerem que

quanto maior a automação, maior a velocidade de processamento, porém mais imperfeito o resultado final tende a ser. Como contraponto, há uma ampla gama de ferramentas que não visam desempenhar todo o processo tradutório, mas sim oferecer ao tradutor humano vantagens computacionais. É o caso dos bancos de dados e dos sistemas de tradução humana assistida por computador. (ALFARO; DIAS, 1998, p.376).

A observação das autoras associa-se ao que já nos anos 1960 havia sido apontado no relatório de Bar-Hilleil sobre as perspectivas da tradução automática: sozinha ela é uma ferramenta bastante limitada, ainda que promissora. Essa consideração está pautada no princípio de que a linguagem humana é um território complexo e demasiado amplo de comunicação e interação com/no mundo. É pela linguagem que circulamos entre as diversas esferas da vida individual e em sociedade (KOCH; ELIAS, 2005), de modo que esse movimento é marcado por uma atualização contínua, por um fazer criativo. No uso da linguagem as pessoas estão constantemente conferindo novos significados às palavras, gestos e símbolos, bem como atualizando-os. Ademais, é preciso considerar que as várias formas de construção de significados estão relacionadas e condicionadas às estruturas e expectativas de cada cultura onde a língua circula. Como diria Bakhtin, a linguagem é uma construção marcada pelo dialogismo, polifonia e heteroglosia, ou seja, é um processo em construção onde atuam diversos atores de origens e modos de ver e viver no mundo onde suas crenças, ideologias e valores são permanentemente negociados nas relações sociais (BAKHTIN, 2008).

Até o presente momento, a máquina, por mais avançada que fosse, não pôde dar conta sozinha das diferenças marcadas na linguagem e pela linguagem. Todavia, talvez seja justamente neste ponto que as coisas podem começar a mudar – como de fato têm mudado. Como apresentado anteriormente, a partir da década de 1980 um novo paradigma se apresenta para a tradução automática e surgem projetos que visam não substituir o tradutor humano, mas de colocá-lo junto à máquina e assim produzir resultados mais eficientes. A ideia foi vista de forma desconfiada por boa parte dos tradutores, e de certa forma, por alguns ainda o é. Se por um lado há a desconfiança profissional de estar alimentando uma armadilha que em breve o substituirá, por outro

lado há a cobrança, por parte de clientes e empresas, pela qualidade que (supostamente) a máquina não pode oferecer.

Automatismo e Competência

Durante os anos 1990 já inspirados pelo potencial crescimento de novos mercados interessados na TA especialmente na Europa, desenvolvedores e fabricantes dos programas de tradução iniciaram a expansão da comercialização do produto para novos espaços. Ao inserir no mercado os produtos, ainda muito aquém das expectativas dos públicos consumidores, os fabricantes criaram um efeito verdadeiramente alienante nos usuários (MALEVINI; NOGUERA, 1999, p.334). É preciso lembrar que aquele era o primeiro momento em que esse tipo de tecnologia estava sendo comercializado para clientes que não fossem o Estado ou, em escala mais específica, as forças armadas. No continente europeu a reação dos consumidores foi tão áspera que criou um clima de hostilidade que perdurou por muito tempo.

Segundo Graciela Malevini e Inés Noguera, boa parte da imagem que a tradução automática deixou nos tradutores mais desavisados é fruto desse processo de expansão comercial. Como pontuam as autoras, vendedores bem treinados tentavam convencer seus clientes das possibilidades fantásticas das máquinas sem dar ouvidos às opiniões de tradutores.

Por volta de 1990 os fabricantes haviam moderado suas reclamações iniciais a respeito da performance e aplicabilidade dos sistemas de tradução automática em razão de avaliações mais realistas dos benefícios possíveis pela máquina. Como resultado, a hostilidade inicial e depois o ceticismo foram trocados por um conhecimento das limitações da tradução automática e a apreciação dos reais benefícios das novas tecnologias da informação em geral. Os usuários agora poderiam ter mais informações confiáveis sobre os sistemas do que as oferecidas pelos materiais publicitários. (MALEVINI; NOGUERA, 1999, p. 335).

Mais do que questionar a real necessidade do tradutor humano, a tradução automática na década de 1990 trouxe uma questão fundamental para os Estudos de Tradução: afinal, o que faz um tradutor ser um tradutor?

Essa questão vem acompanhando o próprio desenvolvimento e sedimentação dos Estudos de Tradução, desde a década de 1970 e o surgimento da disciplina como um campo de conhecimento autônomo.

A Tradução, diferente de maior parte das ciências humanas, nos últimos anos têm alcançado um duplo progresso que lhe é característico, mas que no campo conceitual determina alguns elementos que precisam ser refletidos: é uma área que cresce não apenas academicamente como espaço de pesquisa, mas também profissional, como espaço de trabalho.

Como argumenta Snell-Hornby (2006, p. 02), os Estudos de Tradução, apesar de dialogarem com as disciplinas que estão relacionadas à sua formação inicial, a linguística e os estudos literários, todavia, enquanto campo autônomo tem suas características próprias. Em parte, essa versatilidade do campo vem contribuindo para o desenvolvimento da disciplina em eixos e com orientações diversas, desde conexões com a linguística, a psicanálise, ciências sociais aplicadas (a exemplo da contabilidade, da urbanística e outras mais), antropologia, história e outros campos de saber (cf. VENUTI, 2000; MARTINS, 1996;).

Compilações de trabalhos como as organizadas de Venuti (2000), no contexto internacional, e de Márcia Martins (1999) para o caso brasileiro, além das constantes publicações em periódicos de caráter acadêmicos especializados em tradução¹, e do surgimento de programas de graduação e pós-graduação em Tradução² vem apontado não apenas para um movimento de consolidação dos Estudos de Tradução, mas para a diversificação de abordagens, inserções e da disciplina no seio da sociedade. Nesse sentido, a professora Márcia Martins argumenta que:

Graças a um esforço conjunto de teóricos, pesquisadores e tradutores, a tradução vem conseguindo nos últimos vinte anos [entre as décadas de 1970 e 90] desenvolver suas próprias teorias, metodologias e instrumentos de pesquisa, levando a firmar-se como uma nova e importante área de conhecimento. (...) Os estudos de tradução vem se tornando saudavelmente multidisciplinares, propiciando um espaço de cruzamento múltiplo. (...) Ponto de encontro para reflexões que tematizam a questão maior da linguagem e da tradução, no sentido lato da construção ou da percepção mediada de “realidades” físicas, psicológicas e sociais, a nova disciplina possibilita insights extremamente interessantes e enriquecedores a respeito de

¹ Para ilustrar apenas o caso brasileiro poderíamos citar os Cadernos de Tradução, TradTerm, Revista Brasileira de Tradutores, além de periódicos de circulação internacional, como o The Translator, e editoras especializadas em tradução no contexto anglófono, como a John Benjamins e outras pelo mundo.

² A título de ilustração podemos apontar para o Programa de Pós-Graduação em Estudos de Tradução da Universidade de Santa Catarina, e também o programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução da Universidade de Brasília, além de cursos de graduação na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e da Paraíba (UFPB).

aspectos pertinentes à prática tradutória, seus pressupostos e concepções, seus agentes. (MARTINS, 1999, p. 07)

Essa multidisciplinaridade para a qual aponta Márcia Martins está se expandindo além da academia, para o mercado de trabalho. Levantamentos recentes de órgãos da mídia internacional, como a Forbes, por exemplo, revista especializada em finanças, economia e riqueza, apontam a tradução como uma das profissões mais promissoras para as próximas décadas. Esse crescimento no mercado é fruto não apenas do processo de legitimação da disciplina, mas também do afrouxamento das fronteiras internacionais, que vem colocando cada vez mais próximos pessoas de pares linguísticos diferentes.

Esse movimento tem causado um efeito peculiar na disciplina, propiciando, como dito anteriormente, uma dupla expansão: acadêmica e mercadológica. Nesse interim, torna-se sumário investir em pesquisas que abordem a zona de interseção estabelecida entre esses dois movimentos de crescimento.

O surgimento de cursos de graduação por exemplo, tem causado um efeito particular na disciplina. A exemplo do curso de bacharelado em Tradução da Universidade Federal ad Paraíba, percebe-se na proposta do curso um interesse em refletir a tradução não apenas enquanto fenômeno dos estudos linguísticos, mas de fato como um campo autônomo, mas que se vincula também a uma atividade profissional específica e com uma função social bem determinada no mundo globalizado. Nesses contextos, a disciplina está em um processo de orientação não apenas para as questões teóricas relativas à construção dos saberes que lhe são próprias, mas também para o provimento de certo tipo de ferramentas e instrumentos de trabalho para os profissionais ou pessoas em vias de profissionalização, assim como para estudantes – o que implica também negociar saberes e métodos para atender a uma demanda de mercado própria.

Na busca de conceituar o que caracteriza e determina o trabalho de tradutores com expertise, pesquisadores desde os anos 1980 têm buscado propor um modelo para o que hoje convencionamos chamar dentro dos Estudos de Tradução de competência tradutória. A base para o desenvolvimento de uma teoria da competência tradutória remonta às primeiras discussões constitutivas da disciplina que de modo geral podem ser sintetizadas na constatação de que, mais que um esforço bilíngue ou uma operação de transferência de material linguístico, a tradução requer e se manifesta segundo a articulação de estratégias diversas.

Apesar do consenso sobre a existência de uma competência em tradutores expertos, como sugere Karina Szpak (2011, p.2257), ainda não há unanimidade a respeito desta competência, bem como de sua aquisição. Uma resposta para esse campo em contínua disputa pode estar relacionada não apenas à novidade do tema, mas também ao reduzido número de pesquisas dedicadas à questão.

Historicamente a tradução não está ou esteve confinada apenas a um único setor que demandasse a formação dos tradutores, como é o caso de outras profissões. De tal forma convencionou-se a considerar que o desenvolvimento do que hoje chamamos de “competência tradutória” não está necessariamente vinculado a uma formação específica. Nesse aspecto é preciso levar em conta, como afirma Anthony Pym, que a

“competência” não pode ser confundida com questões de qualificação profissional (...) já que as qualificações mudam com a tecnologia e com as demandas sociais, introduzindo variáveis históricas que são simplesmente numerosas demais para as eternas generalidades de uma ciência. (PYM, 2008, p. 11).

Se por um lado qualificação profissional não está relacionada à competência tradutória, por outro, pode ajudar a desenvolvê-la, como têm mostrado alguns estudos recentes sobre a formação de tradutores no Brasil e em outros países (SZPAK, 2011; GONÇALVES; MACHADO, 2006). A pouca produção ou investimento em um campo de pesquisa de didática de tradução, em especial no que se refere às pesquisas sobre a aquisição da competência tradutória, se combina a diversidade de termos e modelos teóricos propostos, que apesar de convergirem em determinados pontos, tendem a atender demandas muito específicas e pontuais. É o caso por exemplo da “competência de transferência” proposta por Christiane Nord, ou do modelo minimalista proposto por Anthony Pym, entre outros. A partir de um panorama mais abrangente dos estudos sobre competência tradutória optamos aqui por recorreremos à proposição do grupo PACTE (2003).

Como argumentam Adriana Pagano, Célia Magalhães e Fábio Alves (2005), o modelo de competência tradutória proposto pelo grupo PACTE diferencia-se dos demais no quadro teórico do tema por partir de uma base de estudos empíricos. No modelo holístico oferecido pelo PACTE

considera-se que a competência tradutória é um conhecimento especializado que consiste em um sistema subjacente de conhecimentos, declarativos e, em maior proporção, operacionais, necessários para saber traduzir, que está composto de cinco subcompetências (bilíngue, extralinguística, conhecimentos sobre a tradução, instrumental e estratégia) e

componentes psicofisiológicos. (HURTADOALBIR, 2005, p. 27 *In* PAGANO, MAGALHÃES, ALVES, 2005)

A primeira versão do modelo foi proposta em 1998 e revisada em 2003, após a realização de estudos exploratórios com seis tradutores (HURTADO ALBIR, 2005, p. 28) é com base nesta última versão que desenvolvemos o presente argumento. Segundo este modelo, a competência tradutória é subdivida em cinco subcompetências (linguística, extralinguística, instrumental, estratégia e de conhecimentos sobre tradução) que funcionam de maneira integrada umas às outras. Ainda segundo o modelo PACTE, todas estas subcompetências estão relacionadas a componentes psicofisiológicos que incluem, entre outras coisas, componentes cognitivos, atitudinais, criatividade, raciocínio lógico, entre outros.

A subcompetência linguística subscreve os conhecimentos relacionados às línguas com as quais o tradutor trabalha (língua materna e estrangeira) de modo a englobar aspectos pragmáticos, sociolinguísticos, léxico-gramatical e textuais (PACTE, 2005); já a subcompetência extralinguística refere-se ao conjunto de conhecimentos enciclopédicos sobre as culturas nas quais as línguas onde o tradutor opera circula, como assinalam os autores e autoras do PACTE, é uma subcompetência “bicultural”.

Segundo Hurtado Albir (2005;) todas estas subcompetências, apesar de definidoras da competência tradutória ainda podem ser encontradas em qualquer pessoa que se dedique minimamente a estudar a tradução, que seja bilíngue ou que tenha morado em outros países de língua estrangeira.

Dado que qualquer bilíngue tem conhecimento de duas línguas e pode ter conhecimento extralinguístico, consideramos que as subcompetências específicas da competência tradutória são a estratégica, instrumental e de conhecimentos sobre tradução. (PACTE, 2005, p. 611).

Os conhecimentos sobre métodos, procedimentos, teorias que podem embasar determinadas decisões tradutórias entre outros estão agrupados na subcompetência de conhecimentos sobre tradução. Por sua vez, a subcompetência instrumental diz respeito às fontes de informação e documentação que podem ser acionados e utilizados pelo tradutor em seu trabalho, enquanto a subcompetência estratégica, a mais importante, segundo os autores, é a responsável pela resolução de problemas, garantindo a eficiência de todo o processo.

O argumento do PACTE, segundo o qual apenas as subcompetências estratégica, instrumental e de conhecimentos sobre tradução qualificam a competência tradutória,

vem colocando em xeque outros modelos de competência tradutória previamente apresentados na disciplina. O modelo PACTE questiona não apenas a forma de construção desses modelos enquanto abstrações do pesquisador (a exemplo dos trabalhos de Christiane Nord), mas também a própria propositura de tais modelos, centrados unicamente no bilinguismo.. Deslocando a discussão de volta à tradução automática, a ideia de uma competência tradutória marcada não apenas pelo bilinguismo e apontando as deficiências do “biculturalismo” como as únicas exigências ou pré-requisitos para traduzir pode agregar novos pontos de vista para discutir a utilização de determinados recursos e ferramentas na tradução, a exemplo da TA.

Reconectando as pontas: tradução automática com competência

O estigma que até hoje paira sobre a tradução automática é de que com ela seria possível traduzir sem a intervenção humana, apenas com a utilização de máquinas. Esse posicionamento já foi (estrategicamente) abandonado pelos pesquisadores da linguística computacional e por aqueles mais dedicados ao tema por reconhecerem as limitações que tal perspectiva impõe não apenas à eficácia do projeto, mas também à utilização das máquinas e programas há quase três décadas. O reconhecimento dessa limitação fez não apenas como que os tradutores construíssem uma imagem da tradução automática como ferramenta estéril, mas também, na outra ponta do processo, estimulou a indústria e fabricantes dos programas e máquinas a irem mais além da computação ou da linguística computacional. Malevini e Noguera (1999) argumentam que, com o objetivo de aperfeiçoar as máquinas, a partir da década de 1990, pesquisadores e fabricantes iniciam a leitura da teoria então disponível sobre tradução e comunicação, bem como buscam ouvir opiniões dos tradutores sobre o funcionamento dos programas e sobre as necessidades enfrentadas. A constatação dessas intervenções por parte dos fabricantes é a de que novos programas deveriam ser feitos tendo por base modelos de tradução pautados em fundamentos teóricos, uma ideia que hoje é aceita abertamente, mas que na época causou certo rebuliço no meio não apenas acadêmico, mas no mercado.

Apesar do esforço do setor fabricante, outra constatação tomando por base dados da indústria e dos próprios tradutores é de que a TA é muito pouco usada entre os tradutores profissionais. Segundo as autoras:

A relativa lentidão com que os tradutores têm adotado as novas tecnologias é resultado da complexidade para operar os sistemas existentes e da falta de habilidade dos fabricantes para ajustar tais sistemas à realidade do trabalho dos tradutores. Em 1986, um exame dos avanços em tecnologia da informação reportava que enquanto 53% dos tradutores usavam processadores de texto, apenas 46% estava satisfeito com o equipamento existente. O mesmo exame apontava (Information Market, 1998, p.62) que apenas um pequeno número de tradutores atualmente tem experiência com tradução automática, mas um número relativamente alto, de 26%, tinha uma atitude negativa com esse tipo de apoio à tradução. (MALEVINI; NOGUERA, 1999, p.335).

Se na década de 1980 a TA era pouco utilizada, especialmente pelos tradutores, atualmente não se pode dizer o mesmo, ao menos do público em geral. Programas estão disponíveis numa infinidade de sítios e aplicativos do mundo virtual e podem ser facilmente acessados, alguns inclusive sem a necessidade do leitor optar por tal suporte.

A emergência na última década de cursos de formação especializada e também de graduação em tradução, como apresentados anteriormente, são não apenas reflexos do crescimento de um mercado profissional para tradutores, mas também uma das exigências desse processo. Pensar as interseções entre academia e mercado, nesse contexto, implica também em refletir sobre os modos de aproximação entre os saberes produzidos na academia e as necessidades de um mercado que, como outro qualquer, precisa lidar com prazos e grandes volumes de trabalho.

Não podemos preservar na atualidade a mesma imagem sobre a tradução automática que se mantinha na década de 1960, por exemplo. Desde seu surgimento até a atualidade foram traçadas novas perspectivas que se referem não apenas ao seu objetivo, mas também à sua forma de atuação. De forma semelhante mudou-se também concepções sobre a tradução a partir de novas reflexões que emergiram de um contexto onde cada dia mais nações geograficamente distantes aproximam-se por meio de contratos, políticas de Estado, dos meios de comunicação e transporte, do mercado, enfim.

A ideia de competência tradutória proposta pelo grupo PACTE em sua visão holística coloca que a competência está justamente nos saberes relacionados: (a) às ferramentas e instrumentos para traduzir e gerenciar as traduções, (b) ao conhecimento dos princípios e métodos pelos quais a tradução pode vir a caminhar, e por fim (c) ao conhecimento das formas pelas quais todas as subcompetências podem ser articuladas.

Não se trata então de um conhecimento de mundo sobre a língua estrangeira, ou tampouco sobre a língua em si: é mais além.

Segundo PACTE, a subcompetência estratégia é a espinha dorsal da competência tradutória

intervindo pelo planejamento do processo em relação ao projeto de tradução; avaliando o processo e resultados parciais obtidos, ativando as diferentes subcompetências e compensando as deficiências, identificando problemas de tradução e aplicando procedimentos para resolvê-los (PACTE, 2005, p. 611).

De forma semelhante, a competência instrumental relaciona-se ao domínio das ferramentas necessárias para traduzir. Inclui não apenas as tecnologias de apoio direto à tarefa de tradução, como dicionário, glossários, sistemas de memória de tradução e outros, mas também às fontes de documentação que essas ferramentas podem prover ou que serão necessárias seja para a tradução enquanto retextualização, seja para o monitoramento de escolhas ou solução de problemas (quando opera em conjunto com a competência estratégica).

Construir reflexões em torno da tradução automática na era das competências tradutórias implica um esforço para inseri-la, aquém das imagens já consolidadas sobre sua fragilidade, no escopo das tecnologias de apoio à tradução. Como toda ferramenta, a TA apresenta limitações, mas o fracasso do empreendimento não está relacionado à sua natureza ou funcionamento unicamente. Antes, seguindo as considerações do PACTE, o sucesso depende da articulação da ferramenta com outras diversas (ferramentas no aspecto de produtos materiais e intelectuais) por meio de estratégias estabelecidas pelo tradutor no seu projeto de tradução.

Considerações Finais

Desde seu surgimento a tradução automática tem se manifestado de diferentes formas para o tradutor. Seu uso inicialmente militar previa a substituição do tradutor humano em determinados aspectos, objetivo que foi intensamente perseguido nas décadas de 1970 e 80. Tentativas falhas, os pesquisadores iniciaram então uma nova época de pesquisas em tradução automática onde o foco residia na melhoria da relação homem máquina, sugerindo agora a tradução assistida por computador. Ainda assim, até o início da década de 1990 poucos tradutores tinham acesso ou interesse na tradução

automática e boa parte dos que tinham preservavam uma imagem negativa que ainda pode ser sentida atualmente.

As discussões em torno da competência tradutória podem contribuir positivamente para um reposicionamento da TA entre as demais tecnologias e ferramentas de apoio à tradução: considere-se que o desenvolvimento da competência está não em um conhecimento enciclopédico ou dicionarizado das línguas e culturas, mas na articulação de diferentes saberes e estratégias necessárias para traduzir.

Acreditamos que uma analítica crítica da tradução automática precisa abrir mão das imagens previamente construídas nas últimas décadas sobre a TA, seja como ameaça, seja como ferramenta obsoleta, em favor do reconhecimento dos inúmeros progressos que ela vem alcançando. Com o surgimento e utilização pública do Google Tradutor, por exemplo, nos anos 2000, além das escolhas previamente possíveis que o sistema havia internalizado, leitores e usuários da plataforma puderam contribuir com o aperfeiçoamento da ferramenta enviando suas traduções e intervindo nas escolhas da máquina. Esse tipo de relação tem se mostrado particularmente proveitosa e apontado para novos caminhos em relação à discussão.

Machine translation and translation competence: rethinking intersections

ABSTRACT: Since its emergence in the early 1940s, Machine Translation (MA) has been seen in two ways: as a near and present threat, or as a fruitless and obsolete tool. Opposing these images to the notion of translation competence as proposed by the group PACTE, we undertook this article an reticular approach between the emergence of MA, training and qualification of translators and the demands and needs of society and the global translation market, thus seeking to recover some potential contributions that the MA can provide to translation profession.

Keywords: Machine translation; Translation competence; Translation support softwares.

Referencial Bibliográfico

ALFARO, Carolina. **Descobrimo, compreendendo e analisando a tradução automática**. Monografia do curso de especialização em tradução inglês-português. Rio de Janeiro: PUC-RJ, 1998.

ALFARO, Carolina; DIAS, Maria Carmelita Pádua. “Tradução Automática: uma ferramenta de auxílio ao tradutor”. Cadernos de Tradução. n. 1, vol.3. Florianópolis: UFSC/PGET, 1998. p.369-390.

BAKHTIN, Mikhail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Tradução de Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora UnB, 2008

GONÇALVES, José Luiz Vila Real; MACHADO, Ingrid Trioni Nunes. “Um Panorama do ensino de tradução e a busca da competência do tradutor”. *Cadernos de Tradução*: vol.1, n.17. Florianópolis: UFSC/PGET, 2006. p.45-69.

HURTADO ALBIR, Amparo. A Aquisição da competência tradutória: aspectos teóricos e didáticos. *In* PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Célia; ALVES, Fabio. (Org). **Competência em Tradução**: da cognição ao discurso. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2005.

KOCH, Ingedore Vilaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e Escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Parábola, 2005.

MALEVINI, Graciela; NOGUERA, Inés. “Machine Translation: a fast development, a slow internalization”. *Cadernos de Tradução*, vol.1, n.4. Florianópolis: UFSC/PGET, 1999.

MARTINS, Márcia Amaral Peixoto (Org). **Tradução e multidisciplinaridade**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

MARTINS, Ronaldo Teixeira. “Tradução Automática”. *Revista Todas as Letras*, n.2, vl.10. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2008. p.148-169.

NOGUEIRA, Danilo; NOGUEIRA, Vera Marti Cavalcanti. “Por que usar programas de apoio à tradução?”. *Cadernos de Tradução*. vol.2, n.14. Florianópolis: UFSC/PGET, 1998.

PAGANO, Adriana; MAGALHÃES, Celia Maria; ALVES, Fabio. **Competência em tradução**: cognição e discurso. Belo Horizonte: Humanitas/UFMG, 2005.

PACTE. “Investigating translation competence: conceptual and methodological issues”. *Meta*, vol.50, n.2. 2005. p.609-619.

_____. “Building a translation competence model”. *In* ALVES, Fabio (ed). **Triangulating Translation**: perspectives in process oriented research. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p.44-66.

PYM, Anthony. “Redefinindo a competência tradutória em uma era eletrônica: em defesa de uma abordagem minimalista”. *Cadernos de Tradução*. VI.1, n. 28. Florianópolis: PGET/UFSC, 2008.

SNELL-HORNBY, Mary. **Translation Studies**: an integrated approach. Amsterdam: John Benjamins, 2006 [1995].

SZPAK, Karina Sarto. “Construindo a competência tradutória: avaliando a capacidade estratégia do tradutor em formação”. *Anais do VII Congresso Internacional da ABRALIN*. Curitiba, 2011. Disponível em < http://www.abralin.org/ab_ralin11_cdrom/artigos/Karina_Szpak.PDF> aceso em 11-01-2013.

VENUTI, Lawrence (ed). **The Translation Studies Reader**. Londres/Nova York: Routledge, 2000.

WEININGER, Marcus. “TM e MT na tradução técnica globalizada – tendências e consequências”. Cadernos de Tradução. VI.2, n.14. Florianópolis: UFSC/ PGET, 2004. p.243-263.

Data de envio: 31 de janeiro de 2013.

Data de aprovação: 10 de junho de 2013.

Data de publicação: 2 de setembro de 2013.